



Informativo do FENASPS sindPREvs

26
anos

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná



FACEBOOK : <https://www.facebook.com/sindprevssindserv.federais>

NOTÍCIAS EM DESTAQUE – 31/10/2014

OUTUBRO ROSA

É preciso tocar nesse assunto o ano todo



FENASPS
sindPREvs **26**
anos

Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná

CONVOCATÓRIA

PLENÁRIA ESTADUAL DO SINDPREVS

DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2014 – 09:00 HORAS

Auditório do Sindicato – Av. Jorge Casoni, 2575

Londrina, PR

Polícia Federal faz operação de combate a fraudes na Previdência Social

Eles emitiram 22 mandados de busca e apreensão e 17 ordens de condução coercitiva

A Polícia Federal e o Ministério da Previdência Social deflagraram a Operação Nomadismo, na madrugada desta sexta-feira (31/10). A investigação, iniciada em 2010, tem como objetivo desarticular um grupo de criminosos que há cerca de 16 anos fraudava benefícios da Previdência Social.

A ação dos criminosos consistia em incluir nomes em relações de empresas, fazendo com que esses funcionários que nunca trabalharam em tais locais fossem considerados segurados da Previdência Social. A fraude acontecia pela inserção de falsas informações na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia Nacional (GFIP).

Foram emitidos 22 mandados de busca e apreensão e 17 ordens de condução coercitiva. Participam da ação 130 policiais federais, além de analistas do Ministério da Previdência Social.

A operação chegou ao Distrito Federal quando um dos investigados saiu do Paraná e se instalou na capital, unindo-se a despachantes, contadores e empresários falsos para promover as fraudes no DF. O nome da operação se dá, inclusive, pelas constantes mudanças de endereço dos investigados. (AILIM CABRAL – CORREIO WEB)

PF descobre esquema de fraude contra INSS no RS

A Polícia Federal desmontou uma organização especializada em fraudar o INSS, nesta quinta-feira, 29, no Rio Grande do Sul. A investigação descobriu que um grupo formado por advogados, contadores e despachantes inseria dados falsos no sistema da Previdência, como registro de vínculo empregatício de trabalhador aliciado para o esquema com empresa fictícia. Em outra etapa, os envolvidos requeriam e obtinham benefícios como auxílio-doença e aposentadoria por tempo de contribuição. Uma estimativa inicial indica que foram desviados cerca de R\$ 3 milhões.

Os policiais cumpriram seis mandados de prisão preventiva e 20 de busca e apreensão, nos quais recolheram 14 computadores, 32 carteiras de trabalho, 13 livros contábeis, 56 caixas de documentos e um revólver, nos municípios de Santa Maria, São Martinho da Serra, Viamão, Cidreira, Osório e Porto Alegre. Doze pessoas foram conduzidas coercitivamente para a delegacia de Santa Maria e, depois de prestarem depoimento, foram liberadas. (AGÊNCIA ESTADO)

Ebserh - Reitor da UFPR vai a Brasília assinar contrato de gestão compartilhada

Adesão é referente ao HC e à Maternidade Victor Ferreira do Amaral.

Hospitais universitários serão geridos pela Ebserh juntamente com a UFPR.



HC terá gestão compartilhada Foto: Divulgação/ Leonardo Bettinelli/

UFPR)

O reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Zaki Akel Sobrinho, assinou nesta quinta-feira (30), em [Brasília](#), o contrato da gestão compartilhada do Hospital de Clínicas (HC) e da Maternidade Victor Ferreira do Amaral – ambos em [Curitiba](#) – com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e o Ministério da Educação. A empresa pública foi criada pelo governo federal para gerir os hospitais universitários brasileiros. Na quarta-feira (29), o Conselho de Planejamento e Administração (Coplad) da UFPR aprovou, por 23 votos a um, o contrato da gestão compartilhada.

O impasse em torno da adesão à Ebserh durou mais dois anos e meio. Em agosto deste ano, no dia em que o Conselho Universitário (Coun) da UFPR aprovou a gestão compartilhada do HC e da maternidade, por 31 votos contra 9, [houve muita confusão](#). Diante de protestos de estudantes e servidores da UFPR, que são contrários ao acordo, a reunião foi suspensa. [Apenas depois de 40 dias, a sessão foi concluída](#) e a ata que documentou a adesão à Ebserh foi redigida.

O contrato estabelece que o Hospital de Clínicas e a Maternidade Victor Ferreira do Amaral continuarão sendo 100% públicos, prestando atendimento gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e mantendo o papel de hospitais-escola da [UFPR](#) nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, de acordo com a universidade. Além disso, o superintendente continuará sendo indicado pela Reitoria, a partir do quadro próprio de servidores da UFPR, ainda segundo a instituição.

A UFPR informou que a Ebserh assumiu o compromisso de gerir os dois hospitais de “forma qualificada, modernizando suas estruturas, e garantindo tanto a manutenção quanto o aprimoramento de todos os serviços de saúde prestados à comunidade”. A empresa fornecerá relatórios semestrais à UFPR das atividades. Os recursos para a cogestão serão do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação e do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf).

Proteção aos trabalhadores

Conforme a UFPR, o contrato aprovado na quarta-feira pelo Coplad assegura a continuidade dos contratos de trabalho dos 916 colaboradores da Fundação da Universidade Federal do Paraná (Funpar) no HC. A instituição esclareceu que a legislação trabalhista impede a demissão imotivada dos servidores que virão a ser contratados no concurso público a ser promovido pela UFPR, em 2015, para o preenchimento das 2.063 vagas. Estas vagas serão abertas para melhorar o atendimento no Hospital de Clínicas e na Maternidade Victor Ferreira do Amaral.

O reitor também reafirmou que vai elaborar um termo de ajustamento de conduta, junto com o Ministério Público do Trabalho, para manter os servidores Funpar-HC nos cargos por pelo menos cinco anos, quando 60% deles estarão aposentados.

O concurso público para a contratação dos novos colaboradores do HC e da maternidade será realizado no primeiro semestre do próximo ano. Os aprovados serão chamados em grupos de 150 a 200, para que recebam treinamento adequado, de acordo com a UFPR. Todo o processo deve ser concluído em dois anos. (G1 PR)

Com dívidas milionárias, aliados recorrem a Dilma

Amargando dívidas milionárias referentes à disputa eleitoral deste ano, candidatos a governador aliados ao governo federal pedem agora socorro ao comando da campanha de Dilma Rousseff à reeleição.

Os apelos são suprapartidários: vão do PT ao PSB de Marina Silva, como é o caso do governador reeleito da Paraíba, Ricardo Coutinho. "Devo e não nego. Pagarei quando puder", afirma o governador.

O comitê de campanha de Coutinho recorreu à equipe da presidente no segundo turno. Os petistas recomendaram a um doador que colaborasse com R\$ 2 milhões para a campanha do pessebista.

Os pedidos mais insistentes partem dos próprios petistas, sobretudo os derrotados. Terceiro na corrida para o governo de São Paulo, Alexandre Padilha encerrou a disputa com um buraco de cerca de R\$ 30 milhões. Nos dois primeiros meses de campanha, a candidatura angariou R\$ 4,2 milhões, menos de 1/3 do que arrecadou o governador Geraldo Alckmin (PSDB) no mesmo período.

Editoria de Arte/Folhpress

ENDIVIDADOS

Candidatos aos governos estaduais encerram campanha no vermelho e pedem ajuda ao comitê nacional do PT

○ Dívida atual

● Arrecadação nos primeiros dois meses de campanha

ALEXANDRE PADILHA (PT)
Candidato ao governo de SP

Cerca de R\$ 30 milhões

R\$ 4,2 milhões



18,2% dos votos válidos (3,9 milhões)
3º colocado (1º turno)
Teto de arrecadação: R\$ 92 milhões

LINDBERGH FARIAS (PT)
Candidato ao governo do RJ

Cerca de R\$ 6 milhões

R\$ 3,7 milhões



10% dos votos válidos (799 mil)
4º colocado (1º turno)
Teto de arrecadação: R\$ 60 milhões

JOSÉ IVO SARTORI (PMDB)
Governador eleito do RS

Cerca de R\$ 5 milhões

R\$ 207 mil



61,2% dos votos válidos (3,0 milhões)
1º colocado (2º turno)
Teto de arrecadação: R\$ 15 milhões

Além de Padilha, o senador Lindbergh Farias também pede ao PT ajuda para liquidar suas dívidas de campanha ao governo do Rio. Segundo ele, o rombo pode superar R\$ 6 milhões.

"É muito ruim perder. Os doadores acabam fugindo", lamenta Lindbergh.

As prestações de contas finais dos candidatos que não foram ao segundo turno deverão ser entregues à Justiça Eleitoral até terça-feira (4).

O prazo para os que disputaram o segundo turno é maior: 25 de novembro. As dívidas pendentes devem ser assumidas pelos partidos.

A penúria não é exclusividade dos derrotados. A campanha de José Ivo Sartori (PMDB) teve como intermediário o ex-ministro Eliseu Padilha, que pediu ajuda para o recém-eleito governador do Rio Grande do Sul.

A dívida do comitê de Sartori é de cerca de R\$ 5 milhões, segundo a Folha apurou.

"Pedi dinheiro ao comitê de Dilma até a véspera da eleição", conta Eliseu, que representava o PMDB na coordenação de campanha da presidente Dilma.

Embora derrotado, o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), não deve registrar dívidas significativas. "Devem ser de cerca de R\$ 300 mil", calcula Carlos Pestana, coordenador da campanha de Tarso.

RIO

Reeleito para o governo do Rio, o peemedebista Luiz Fernando Pezão contou com o ministro Moreira Franco (Aviação Civil) como porta-voz junto ao comitê de Dilma. Ele solicitou recursos para bancar atividades conjuntas organizadas pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB).

"Pedi dinheiro, mas não sei quanto recebemos", diz Paes.

Também no Rio, a deputada estadual eleita Clarissa Garotinho (PR) buscou ajuda da campanha de Dilma para o pai, deputado federal Anthony Garotinho (PR-RJ).

Derrotado na disputa ao governo, ele admite ter dívida milionária, mas não a revela.

"Ela [Clarissa] fez por conta própria. A situação está difícil. Não quero mais conversa com essa gente", queixa-se.

Procurado, o tesoureiro da campanha de Dilma, Edinho Silva, afirma que seu foco agora é saldar dívidas do comitê da presidente. Ele não quis comentar a situação financeira das candidaturas aliadas.

O comando da campanha da presidente não acredita que ela deva fechar o balanço eleitoral com dívidas.

Apesar disso, o PT ampliou neste mês em R\$ 40 milhões o limite de gastos do comitê para cobrir despesas compartilhadas com os estados. O teto passou de R\$ 298 milhões para R\$ 338 milhões. (FOLHAPRESS)

Buscando estabilidade

É forte a pressão para mudar os rumos da economia. Enquanto Dilma Rousseff descansa na Base Naval de Aratu, na Bahia, o PT, comandado pelo ex-presidente Lula, trabalha um nome para o Ministério da Fazenda. Com ele, o vice-presidente Michel Temer (foto) tenta acalmar o mercado, sinalizando que a mudança será feita na próxima semana. Temer terá um papel fundamental nesse segundo mandato de Dilma. E pode sair daí, do PMDB, o nome para tocar a economia. A demora provoca o aumento da sensação de azia, já crônica, de investidores e agentes econômicos. Menos os bancos, que continuam a ter tratamento diferenciado tanto no governo Lula quanto no próximo mandato de Dilma.

Salvando os tubarões

Especialista em delação premiada, a advogada Beatriz Catta Preta continua a desempenhar com virtuosismo seu papel no caso do Petrolão. A estratégia é livrar os tubarões de sentenças pesadas com delação premiada. E, ainda, obter o subterfúgio legal da leniência para as empresas envolvidas no esquema. Ela defendeu e obteve delação premiada para todos seus clientes até agora: o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, o doleiro Alberto Youssef e por último Julio Camargo, executivo da Toyo-Setal. Este último deverá levar para dentro do Petrolão o ex-diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque, braço direito do mensaleiro José Dirceu.

Derrota antecipada

No Congresso Nacional, já se desenha a segunda derrota da presidente Dilma Rousseff após a eleição. O PT insiste em empurrar goela abaixo dos parlamentares o projeto do controle social dos meios de comunicação. Na sua essência, permite que o governo tenha o controle da mídia com uma censura velada. Já é unânime a resistência na Câmara e no Senado. Principalmente, porque deputados e senadores são proprietários de redes de comunicação nos estados.

Disputa acirrada

A disputa pela presidência da Câmara Distrital, em Brasília, vem-se acirrando a cada dia. Grupos políticos se espalham em busca de apoio à candidatura da deputada Celina Leão (PDT), como também de Dr. Michel (PP/foto) e Joe Valle (PDT). Michel passou sua campanha internado no hospital com problemas cardíacos. Ele utilizou a videoconferência para pavimentar sua eleição. Fato inédito no parlamento brasileiro. A votação expressiva de Michel, 22.422 votos, o deixou como o quarto mais bem votado. Por outro lado, Celina Leão também está com a cotação em alta, porque conta com fortes padrinhos, como o senador eleito Antonio Reguffe (PSB-DF) e o governador eleito Rodrigo Rollemberg (PSB). Joe Valle ainda trabalha na boca do funil.

Aqui, não!

Mesmo com a participação elevada de café do Brasil no mercado internacional, cerca de 30%, empresa do setor alimentício quer implantar uma fábrica que produzirá cápsulas de café para máquinas no Brasil. O detalhe é que, em vez de utilizar a matéria-prima nacional, pretende usar café importado. O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) coloca o dedo na ferida, com a possibilidade de abrir o mercado para o café importado, atual dor de cabeça dos produtores nacionais. Ele é um dos responsáveis pelo convite ao ministro da Agricultura, Neri Geller, para comparecer na comissão de relações Exteriores do Senado.

Aumentando a chama

O depoimento do atual diretor de abastecimento da Petrobras, José Carlos Consenza, deixa claro que o ex-diretor Paulo Roberto Costa continuou operando o esquema de propina na estatal. Segundo Consenza, funcionário de carreira desde 1985, afirmou que não sabia do esquema de propina e não tinha contato com o ex-diretor. O que contradisse no seu próprio depoimento. Questionado mais uma vez durante o depoimento se teve contato com Paulo Roberto Costa após sua saída, disse que “cinco vezes por telefone e pessoalmente três vezes”. Segundo os parlamentares, esses contatos foram suficientes para tomar conhecimento da continuidade do Petrolão.

Duelo por 2018

As trocas de farpas entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o candidato derrotado Aécio Neves (foto) vêm marcando o “terceiro turno”. Lula postou pelas redes sociais críticas à postura dos tucanos na eleição de Dilma Rousseff. E Aécio respondeu com críticas ao PT, por meio de vídeo divulgado na internet. Pelo visto, a campanha de 2018 já começou. (ISSO É MINO PEDROSA – JORNAL DE BRASÍLIA)

Renan Calheiros nega pauta bomba e pede diálogo entre governo e Congresso

Presidente do Senado afirma que Planalto não precisa temer votações

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse hoje (30) que o Palácio do Planalto não deve temer uma pauta bomba no Congresso. Segundo ele, a rejeição do decreto presidencial que criaria conselhos populares era esperada por se tratar de assunto polêmico.

Renan informou que há um acordo sobre a votação do projeto que muda o indexador da dívida dos estados e, por isso, será colocado em votação na próxima semana. A aprovação do projeto determinará perda de receita para o governo federal.

“Não haverá pauta bomba. Temos preocupação com o equilíbrio fiscal. Em relação à troca do indexador, havia um compromisso de que, logo após as eleições, o projeto mandado pelo governo seria apreciado”, disse Calheiros.

Ele admitiu que falta interlocução entre o governo e o Congresso, e que isso deverá ser corrigido.

“Vamos fazer o que podemos, mas a construção de uma grande convergência, de uma agenda nacional, precisa de conversas de lado a lado. Mesmo que as pessoas não concordem, elas precisam conversar. Conversa, como todos sabem, não arranca pedaço”, disse.

O presidente do Senado avalia que a aliança de seu partido, o PMDB, com o governo continua firme. Ele ressaltou que isso não significa concordar sempre com o governo. “Temos uma aliança, que vai preponderar, haja o que houver. Agora, aliança não significa pensar exatamente, igualmente, sobre tudo. Aliança não é isso”, afirmou.

Renan Calheiros evitou responder diretamente sobre a possibilidade de o Senado votar a Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo, mas informou que o assunto será discutido no âmbito de

uma agenda nacional.

Chegou a hora de nós esfriarmos os ânimos. Passaram-se as eleições, as pessoas que estiveram envolvidas nela precisam descansar um pouquinho. É hora de construir uma convergência, uma agenda nacional. Mas isso não vai cair do céu, isso terá que ser construído por uma boa interlocução", disse.

Ontem, Renan informou que o Senado vai aprovar o projeto de decreto legislativo da Câmara que acaba com a Política Nacional de Participação Social. Ele disse que a resistência do Congresso com o tema existia antes das eleições, e que dificilmente o governo obterá êxito nessa questão.

A proposta dos conselhos populares permite que a sociedade civil participe da elaboração de políticas públicas e seja ouvida pelos ministérios na tomada de decisões. Os parlamentares consideram que é uma forma de burlar a negociação com o Congresso, e tentar impor a pauta do governo por meio dos conselhos. (AGÊNCIA SENADO)

Alta da Selic sinaliza mudança na política econômica do País

Expectativa é que medida inesperada indique tendência de combate mais duro à inflação

O Banco Central (BC) surpreendeu na noite de anteontem ao anunciar a elevação da taxa básica de juros, a Selic, de 11,00% para 11,25%, na primeira reunião após a reeleição de Dilma Rousseff à Presidência. Após a manutenção do índice nos três encontros anteriores do Comitê de Política Monetária (Copom), a alta é vista como uma sinalização ao mercado de que o governo deve endurecer o combate à inflação no próximo mandato, além de indicar a chance de que ocorram mudanças na política fiscal a partir do anúncio do novo ministro da Fazenda.

Na prática, a alta da Selic aponta para uma maior preocupação com a pressão sobre os preços ao consumidor, que estão acima do teto da meta estipulado pelo BC para 12 meses. A instituição determinou 4,50% como ideal para a inflação do ano, com tolerância de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Em setembro, entretanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 6,75%.

O outro resultado esperado com a medida é psicológico. O presidente do Sindicato dos Economistas de Londrina, Ronaldo Antunes, diz que a decisão do BC sinaliza que o governo deve mudar a forma de conduzir a política monetária, que estava desacreditada no mercado por estourar o teto da meta da inflação. Assim, serve para acalmar ânimos e ganhar tempo até o anúncio do titular da Fazenda, já que a saída de Guido Mantega já foi confirmada por Dilma. "A política monetária (de juros) não tem mais tanta margem para atuar na redução da inflação. A maior margem está hoje na política fiscal", diz Antunes, ao citar a parte que cabe ao novo ministro e que inclui corte de gastos públicos.

Para o professor de economia Pedro Raffy Vartanian, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a alta de 0,25% também contribuirá para reduzir a inflação de 2015. "Neste ano não há impacto, porque a taxa de juros demora até seis meses para ser sentida", diz.

Vartanian completa que a escolha do ministro, assim como das políticas que ele tomará, devem indicar como será o próximo governo. Ele cita como ações esperadas a liberação gradual de preços administrados, como o dos combustíveis, a redução de manipulações contábeis sobre indicadores nacionais e a sincronização da política fiscal com a monetária. "Hoje o governo eleva juros para conter a inflação, mas gasta mais, o que estimula o consumo."

No setor produtivo, a decisão do BC também foi vista como um remédio amargo, ainda que necessário pela condução da economia nos últimos anos. O economista Roberto Zurcher, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), considera que a medida encarece o crédito, reduz o consumo e diminui a necessidade de produção. "A influência no setor produtivo é que é hora de engavetar projetos de investimento", diz.

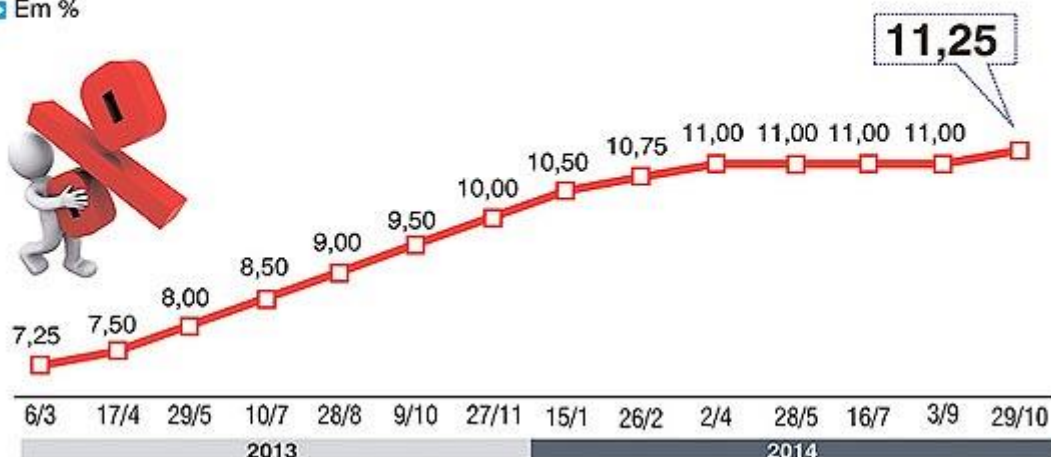
Zurcher prefere aguardar o pacote de medidas para recuperação econômica, prometidos pelo governo, antes de arriscar qualquer previsão. Porém, lembra que os indicadores até setembro eram de baixo desempenho e que assim devem continuar ao menos por mais seis meses. "Se for anunciado algo para contenção dos gastos públicos, redução da burocracia e melhoria da infraestrutura, pode dar resultado", diz.

Ainda que a própria Dilma tenha criticado, durante campanha, a possibilidade de elevação dos juros excessiva pelo risco de alta no desemprego, Antunes vê a ação como tímida, para "não perder o único índice positivo que há no País hoje". Mesmo assim, ele acredita que o primeiro semestre de 2015 será de piora no mercado de trabalho. "Ajustes costumam custar algo para todo mundo e vai custar um pouco de empregos", conta.

EVOLUÇÃO

Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom

Em %



Fonte: Banco Central

Folha Arte

(FÁBIO GALIOTTO – FOLHAWEB)

Nova direita surgiu após junho, diz filósofo

O "surto de impaciência" revelado pelas manifestações de junho de 2013 "provocou um surto simétrico e antagônico que é o surgimento de uma nova direita, um dos fenômenos mais importantes do Brasil contemporâneo. Uma direita não convencional, que não está contemplada pelos esquemas tradicionais da política".

Zanone Fraissat/Folhapress



Paulo Eduardo Arantes, filósofo 71 anos

Quem faz a análise é o filósofo Paulo Eduardo Arantes, professor aposentado da USP (Universidade de São Paulo). Ele compara o que acontece aqui com a dinâmica nos Estados Unidos:

"A direita norte-americana não está mais interessada em constituir maiorias de governo. Está interessada em impedir que aconteçam governos. Não quer constituir políticas no Legislativo e ignora o voto do eleitor médio. Ela não precisa de voto porque está sendo financiada diretamente pelas grandes corporações", afirma.

Por isso, seus integrantes podem "se dar ao luxo de ter posições nítidas e inegociáveis. E partem para cima, tornando impossível qualquer mudança de status quo. Há uma direita no Brasil que está indo nessa direção", diz o filósofo.

Segundo ele, "a esquerda não pode fazer isso porque tem que governar, constituir maiorias, transigir, negociar, transformar tudo em um mingau". Nesse confronto, surge o que sociólogos nos EUA classificam como uma "polarização assimétrica", com um lado sem freios e outro tentando contemporizar.

Na avaliação de Arantes, o conceito de polarização assimétrica se aplica ao Brasil. "A lenga-lenga do Brasil polarizado é apenas uma lenga-lenga, um teatro. Nos Estados Unidos, democratas e liberais se caracterizam pela moderação – como a esquerda oficial no Brasil, que é moderada. O outro lado não é moderado. Por isso a polarização é assimétrica".

"Fora o período da eleição –que é um teatro em se engalfinham para ganhar– um lado só quer paz, amor, beijos, diálogo, tudo. Uma vez que se ganha, as cortinas se fecham e todo mundo troca beijos, ministérios – e governa-se. Mas há um lado que não está mais interessado em governar", afirma.

Arantes fez essa análise no final da tarde de quarta-feira (29), em palestra sobre as manifestações de junho de 2013 no 16º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação de Filosofia, que acontece nesta semana em Campos do Jordão (SP).

O filósofo contestou a visão de protagonistas dos protestos, para quem o movimento não foi um raio em céu azul, já que foi precedido por várias rebeliões por melhoria no transporte público pelo país afora nos últimos anos.

Na opinião de Arantes, todos foram apanhados de surpresa: "Ninguém esperava que isso acontecesse, nem os próprios protagonistas, nessas proporções. Foi absolutamente inesperado. Não temos mais ouvido para decifrar qualquer sinal de alarme".

JUNHO DE 2013

Ele criticou o que considerou uma tentativa de sufocar a originalidade do movimento de junho. Discutiu também a visão de que os protestos tiveram fôlego curto.

Citando o compositor Geraldo Vandré, o pensador Ernst Bloch (1885-1977), texto literário, documentário, o filósofo fez um desenho do país: "Desaprendemos a esperar. Isso é que mudou. Mudou a relação entre tempo e política", disse.

Para ele, essa mudança se reflete em esgotamento de paciência: não dá mais para esperar: "E houve uma reviravolta também do outro lado". Daí a nova direita. (FOLHAPRESS)

Acuada pelo Congresso, Dilma terá de enfrentar a síndrome do “pato manco”

Expressão é usada nos EUA para denominar os presidentes que não conseguem governar por falta de força política

“Lame duck” é a expressão usada nos Estados Unidos para definir um presidente que está no cargo por direito, mas que não consegue governar por falta de força política. O “pato manco”, na tradução para o português, fica refém do Congresso, ilhado pela oposição ou pela fragmentação dos aliados. A reeleição apertada coloca Dilma Rousseff (PT) às voltas com esse fantasma.

Dois dias após a vitória sobre Aécio Neves (PSDB), a Câmara dos Deputados derrubou o decreto presidencial que obrigava que decisões governamentais de interesse social tivessem de ser submetidas a conselhos populares. A proposta era uma bandeira petista. No mesmo dia, Dilma recuou na sugestão de fazer a reforma política por plebiscito e admitiu a utilização do referendo, caminho defendido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Luis Macedo/Agência Câmara



Eduardo Cunha: líder do PMDB quer romper o rodízio acertado com o PT para presidir a Câmara dos Deputados

Esse é só o começo da “pauta-bomba” na Câmara, que se desdobra em uma série de projetos que aumentam os gastos do governo. “Não vai ter sombra e água fresca. Até porque o que se percebe é que o governo continua insistindo nos mesmos temas, do acobertamento dos desvios na Petrobras ao controle da imprensa”, diz o líder do PPS, Rubens Bueno.

Não é a oposição, no entanto, quem mais incomoda Dilma. Os nove partidos que integraram a coligação de Aécio mais os cinco da chapa de Marina Silva (PSB) controlam hoje 151 das 513 cadeiras da Câmara. O problema está no descontentamento do principal aliado de Dilma, o PMDB.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB), que perdeu a disputa pelo governo do Rio Grande do Norte e não terá mandato a partir de 2015, não esconde o descontentamento pelo fato de o ex-presidente Lula ter apoiado seu adversário, Robinson Faria (PSB). “Ele deixou claro que não vai mais segurar as votações só porque o Planalto quer”, relata o líder do Solidariedade, Fernando Francischini. Nesta semana, o Solidariedade, junto com PMDB, PP, PR, PTB e PSC, retomaram as ações do grupo conhecido como “Blocão”.

Dessas legendas, PMDB, PP e PR estavam na coligação de Dilma e também ocupam vagas no ministério. “Dilma está diante de dois dilemas: um é lidar com o Congresso atual, o outro é com o que toma posse em 2015. O atual ainda está no calor da eleição e não vai dar folga, enquanto o novo ainda pode mudar de atitude com um remanejamento na distribuição de cargos”, avalia o cientista político Valdir Pucci, da Universidade de Brasília.

Ao todo, 283 dos 513 atuais deputados se reelegeram. No Senado, 59 dos atuais 81 senadores permanecem no cargo a partir de fevereiro. Sob controle de Renan, que deve ser reeleito para a presidência da Casa, o Senado é palco de menos conflitos. Por outro lado, a oposição cresce em qualidade com a chegada de nomes tradicionais como José Serra (PSDB-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Se não encontrar um novo formato de relacionamento com os aliados no Congresso, Dilma corre sério risco de não conseguir formar maioria qualificada para aprovar emendas constitucionais. Com isso, a principal promessa do discurso da vitória, a reforma política, dificilmente sairá do papel. Na economia, a situação de “pato manco” piora com o cenário internacional – ontem, o governo dos EUA anunciou o fim das medidas anticrise, o que deve fazer com que recursos deixem o Brasil.

Eleição para presidência da Câmara está no centro da crise

A atual rebelião do PMDB e de aliados do governo Dilma Rousseff como o PR e o PP tem como pano de fundo a eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2015. Enquanto no Senado Renan Calheiros (PMDB-AL) deve ser reconduzido ao cargo, na Câmara aumenta a tendência de um racha entre petistas e peemedebistas.

Há oito anos os dois partidos mantêm um acordo de revezamento no comando da Casa. Pela ordem, seria a vez de o PT indicar um nome apoiado pelo PMDB. Líder da bancada peemedebista e desafeto de Dilma, o carioca Eduardo Cunha articula para ser candidato com apoio dos partidos do “Blocão”, que inclui, PR, PTB, Solidariedade e PSC. Ontem, ele recebeu aval do PMDB para seguir com os planos.

Já a oposição planeja lançar como candidato o mineiro Júlio Delgado (PSB), que também contaria com os votos de PSDB, DEM e PPS. Delgado é o relator do processo de cassação do deputado paranaense André Vargas (ex-PT), acusado de envolvimento com o doleiro Alberto Youssef.

Cunha e Delgado, contudo, fariam uma dobradinha na concorrência contra um nome indicado pelo PT. Os favoritos no partido são os ex-presidentes da Câmara Arlindo Chinaglia (SP) e Marco Maia (RS). Com três nomes fortes, cresce a tendência de segundo turno, em que oposição e “Blocão” se juntariam para derrubar o candidato petista.

EUA - Obama também sofre com “lame duck”

Uma busca rápida entre os maiores veículos de comunicação dos EUA mostra que, desde a reeleição de 2012, o presidente Barack Obama vem sofrendo com a síndrome de “pato manco”. Duas bandeiras do democrata, como a reforma da imigração e uma nova legislação para o controle de armas, sofrem com a falta de apoio do Congresso. A oposição republicana é maioria na Casa dos Representantes (235 das 435 cadeiras), enquanto os democratas têm hegemonia no Senado (55 das 100 cadeiras). A expressão, originalmente utilizada para definir candidatos que estão no final do mandato e já com o sucessor eleito, também serviu para identificar o desconforto de outros ex-presidentes: o republicano George W. Bush perdeu credibilidade após a guerra do Iraque e a crise econômica de 2008, enquanto o democrata Bill Clinton teve o 2º mandato paralisado pelo escândalo Mônica Lewinski. (ANDRÉ GONÇALVES – GAZETA DO POVO)

Juiz que condenou a União pela morte de Herzog ataca o STF

Responsável por decisão que desafiou a ditadura em 1978, Márcio Moraes diz que interpretação do Supremo sobre a Lei da Anistia é “homenagem à impunidade” e favorece a prática da tortura no país. Para ele, é preciso mudar a forma de escolha dos ministros dos tribunais superiores



Divulgação/ TV Cultura

Herzog era diretor da TV Cultura quando foi preso e levado ao Doi-Codi

O magistrado que condenou a União, em 1978, a indenizar a família do jornalista Vladimir Herzog, morto três anos antes nas dependências do Doi-Codi, em São Paulo, Márcio José de Moraes, acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de favorecer a impunidade e estimular a prática da tortura no país ao resistir a punir os crimes praticados pelos militares contra civis durante a ditadura (1964-1985).

Hoje desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Márcio avalia que o “Supremo cometeu o maior engano de sua história” ao manter, em 2010, o entendimento de que a lei de 1979 anistiou os crimes de motivação política ocorridos durante o regime militar. Para ele, os ministros precisam rever sua visão sobre o assunto para resgatar a “dignidade” da sociedade brasileira. “Que o STF reveja sua posição e tire essa nódoa de sua história e da sociedade”, defendeu.

“O acórdão do Supremo é uma homenagem à impunidade, um convite à repetição. Tanto há repetição que a tortura continua”, afirmou o desembargador. “A tortura está se tornando institucional. Veja o que acontece nas nossas prisões. Torna-se algo cotidiano a repetição do mal”, acrescentou. “Se a tortura pode ser perdoada em relação a presos políticos, quem vai criticar a prisão das pessoas comuns?”

As críticas foram feitas ontem (30) à noite durante a cerimônia de entrega da 36ª edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, em São Paulo. Márcio Moraes foi homenageado por sua decisão histórica de não aceitar a versão propagada pelos militares de que Herzog se matou por enforcamento. A sentença do então juiz de 31 anos foi dada em outubro de 1978, meses antes da revogação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), um dos instrumentos mais duros da repressão militar.

Para Márcio Moraes, a resistência do Supremo em rever a Lei da Anistia está, em parte, ligada à forma de escolha dos ministros dos tribunais superiores. O atual modelo, de livre indicação pela Presidência da República e chancela do Senado, não serve à sociedade, segundo ele. “Praticamente não há critério. Não se sabe quais pessoas se candidataram ao cargo. Os candidatos preferem o anonimato. Seus currículos são desconhecidos. Entregues às regras do presidente. A sabatina no Senado não funciona. É um órgão meramente sancionador da escolha”, criticou.

Em maio deste ano, o Psol entrou com uma Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 320) para que o STF declare que a Lei de Anistia não se aplica aos crimes de graves violações de direitos humanos, cometidos por agentes públicos, militares ou civis.

Suicídio, não

Na decisão que proferiu há 36 anos, Mário Moraes responsabilizou a União pela prisão ilegal e pela morte de Vladimir Herzog, então diretor de jornalismo da TV Cultura. “Constata-se a prática de crime de abuso de autoridade, bem como há revelações veementes de que teriam sido praticadas torturas não só em Vladimir Herzog, como em outros presos políticos nas dependências do Doi-Codi”, escreveu o então jovem magistrado.

Em 45 páginas, o juiz condenou a União a indenizar a esposa e os filhos de Herzog pelos danos materiais e morais decorrentes de sua morte. “A União não logrou provar o suicídio e permanece íntegra a sua responsabilidade civil pela morte de Vladimir Herzog”, concluiu. Ele também classificou como ilegal a prisão do jornalista, pela “inexistência de inquérito em que Herzog tenha sido indiciado, mandado de prisão, autoridade competente que o tenha expedido e comunicação da prisão ao juiz competente”. Márcio ainda determinou que a Justiça Militar apurasse todas as torturas sofridas por vários jornalistas mencionadas nos autos do processo. Os militares não cumpriram a decisão. A mudança no atestado de óbito do jornalista só ocorreu em dezembro de 2012. (EDSON SARDINHA – CONGRESSO EM FOCO)

FORA DO EIXO – Movimento negro deve refletir sobre derrota nas eleições

Como a maioria dos brasileiros, creio eu, vivi, senti e respirei eleições nos últimos quatro meses. Como um bom baiano, retornei a minha terra e participei ativamente do processo eleitoral com o objetivo de dar minha contribuição para a melhoria das condições de vida do nosso povo. No primeiro momento estive alinhado com o candidato que considerava a alternativa de futuro para o país – Eduardo Campos – que foi abduzido tragicamente pelas forças da natureza no meio da campanha e alterou substancialmente (para o bem ou para o mal) os rumos de uma campanha eleitoral que se mostrava, àquele momento, das mais instigantes e desafiadoras. O resto, todo mundo já sabe de cor e salteado, o que aconteceu, assim como os articulistas/especialistas/cientistas políticos de plantão já fizeram todas as análises possíveis e impossíveis sobre o fato. Desejo no entanto, tratar aqui de um aspecto da campanha eleitoral que me chamou a atenção e que não vi, até o presente momento, abordada com a devida profundidade – a derrocada de praticamente todas as lideranças da chamada representação negra no parlamento brasileiro.

Praticamente todas as principais lideranças do movimento negro brasileiro ou a ele ligado, perderam as eleições parlamentares em 2014, tanto no plano estadual quanto no federal. Cito alguns deles para refrescar a memória: Netinho de Paula (ex-secretário municipal da promoção da igualdade) e Janete Pietá (deputada federal), em São Paulo, Edson Santos (Ex-Ministro da Seppir e deputado federal), no Rio de Janeiro, Domingos Dutra (deputado federal) no Maranhão e Luiz Alberto (deputado federal) na Bahia. O caso da Bahia chama a atenção, pela extensão do estrago, assim como pela dimensão simbólica que o estado possui no campo das lutas de combate ao racismo e pela promoção da igualdade racial, pois além da perda do mandato de deputado federal, também naufragaram nas eleições parlamentares todos os candidatos que se apresentaram como representantes do movimento negro local. Segue para análise a extensa lista dos mais expressivos: Luizlinda Valois (primeira juíza negra da Bahia), Olívia Santana (ex-secretaria de educação de Salvador), Gilmar Santiago e Luiz Carlos Suíca (vereadores de Salvador), Bira Coroa (deputado estadual), Elias Sampaio (ex-secretário estadual da promoção da igualdade). Convenhamos, é derrota demais para uma eleição só.

Acredito que estes resultados devem ao menos, fazer com que as atuais lideranças do movimento negro brasileiro e em particular as da Bahia, dêem uma parada para pensar e reflitam sobre o que está de fato ocorrendo com o trabalho político desenvolvido até agora, pois o resultado, ao menos do ponto de vista eleitoral, foi catastrófico. Se é verdade que alcançamos vitórias importantes no campo das ações afirmativas, a exemplo das cotas para negros no ensino superior, a introdução da lei 10.639 na grade curricular do ensino fundamental e o reconhecimento das terras remanescentes de quilombos, também é verdade que há muito tempo a agenda do movimento negro não se renova e que a maioria das suas lideranças tem se contentado com o discurso fácil da denúncia ou constatação do racismo institucional ou social existente no Brasil. Esta postura "discursiva radical" que agrada aos ouvidos de um pequeno contingente de aguerridos militantes incrustados na máquina pública, pelo visto, não tem sensibilizado a grande maioria da população negra brasileira que continua sofrendo as agruras e os horrores da violenta discriminação praticada em nossa sociedade.

Os dados elencados nos últimos anos pelo Mapa da Violência no Brasil, coordenado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, talvez nos dê uma pista da enorme distância entre o discurso destas lideranças negras e a realidade cotidiana da população negra brasileira, em particular sua juventude, no enfrentamento diário da discriminação. Segundo o referido Mapa no período de 2002 a 2012, enquanto "O número de homicídios de jovens brancos cai 32,3%, e dos jovens negros aumenta 32,4%". Traduzindo em miúdos, ainda segundo o Mapa, "o índice de vitimização de jovens negros, que em 2002 era de 79,9, sobe para 168,6: para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros.". Enquanto isto, nas últimas eleições, boa parte das nossas lideranças estavam alinhadas politicamente com aqueles que defendiam a redução da maioridade penal e a criação de Batalhão de Operações Especiais (BOPE), como mecanismos de solução para esta verdadeira epidemia que assola o país. Ou seja, enquanto a classe média negra adentra as universidades (com justa razão), à juventude pobre e negra é indicado o caminho do cárcere ou do extermínio.

Enfim, ao meu ver, o que resultado eleitoral está indicando é: Sem que o movimento negro brasileiro constitua uma nova agenda política, que contenha temas de real interesse da comunidade negra, a exemplo do combate a violência na juventude; Sem que reposicione o seu discurso e busque alianças, de forma ampla, com os demais setores políticos e movimentos sociais; Sem que sejam reduzidas as práticas autoritárias e introduzidas formas democráticas na relação destas lideranças com a sociedade, dificilmente teremos sucesso naquilo que é essencial para mudar as vidas das pessoas, sejam ela pretas, brancas ou amarelas – a representação política nas esferas de poder.

Axé!

Toca a zabumba que a terra é nossa ! (BLOG DO ZULU - ZULU ARAÚJO –TERRA)

Mudanças na legislação de trânsito elevam valor de multas em até 900%

Em compensação, em relação ao condutor alcoolizado que provoca um acidente fatal, pena ficou mais branda



Rodrigo Rosa: "Réus condenados poderão pedir a revisão da pena e, conseqüentemente, terão a punição reduzida"

As multas para quem ignora as normas de ultrapassagem segura ou disputa rachas sem a licença das autoridades de trânsito ficarão mais caras a partir de amanhã. O valor base da punição é o mesmo, mas as condutas foram agravadas. Assim, fazer uma manobra perigosa, por exemplo, passará de R\$ 191,54 para R\$ 1.915,40, ou seja, 900% maior. Outra alteração consiste no aumento da pena para os chamados crimes de trânsito. A má notícia para as vítimas de motoristas alcoolizados é que, para eles, a pena ficou mais branda, segundo fontes ouvidas pelo Correio.

As mudanças estão detalhadas na Lei Federal nº. 12.971/2014, sancionada em maio pela presidente Dilma Rousseff (PT). Embora as mudanças impliquem mais rigor nas punições pecuniárias, há quem avalie que houve um abrandamento nas sanção do condutor alcoolizado que mata no trânsito. A nova lei, acrescenta um parágrafo fixando a pena de dois a quatro anos para o motorista que bebeu e provocou acidente fatal. Segundo o promotor da 2ª Vara de Delitos de Trânsito, Rodrigo de Magalhães Rosa isso vai beneficiar esse tipo de infrator porque, antes, a polícia e o Ministério Público somavam as penas do artigo 302 (homicídio) mais a do 306 (dirigir alcoolizado). Isso dava até seis anos de cadeia. “Agora, como o legislador especificou a conduta de quem mata no trânsito sob efeito de álcool e fixou a pena de até 4 anos, não podemos adotar esse procedimento. Além disso, os réus já condenados poderão pedir a revisão da pena e, conseqüentemente, terão a punição reduzida”, explica. (ADRIANA BERNARDES – CORREIOWEB)

Distorção de salário é maior entre mulheres qualificadas

Pesquisa realizada na Universidade Estadual de Londrina (UEL) também mostra que a falha só deve ser corrigida daqui a oito décadas

Apesar de ser maioria na população brasileira e de ter aumentado significativamente a própria participação no mercado de trabalho nos últimos 40 anos, a mulher ainda sofre discriminação quando o assunto é renumeração salarial. Segundo os primeiros resultados de uma pesquisa que professores do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) estão desenvolvendo, a discriminação salarial aumentou nos últimos anos e afeta, principalmente, mulheres com nível de escolaridade alto. Portanto, quanto mais alto o cargo, maior a diferença entre os salários pagos entre homens e mulheres.

A pesquisa “A mulher do século XXI no mercado de trabalho: uma abordagem das diferenças salariais por gênero no Brasil e macrorregiões”, coordenada pela professora Katy Maia, ainda vai levar cerca de dois anos para ser concluída. No entanto, os dados sobre a discriminação na iniciativa privada constam no trabalho de conclusão de curso de iniciação científica realizado pela ex-aluna de Ciências Econômicas Sarah Cristina Bruno Cugini e foram incorporados à pesquisa. “A Sarah analisou essa discriminação em dois anos, 2002 e 2011, e apontou que, apesar de 10 anos terem transcorrido, a diferença permanece e até aumentou”, revela.

Segundo a coordenadora, em 2002, a renumeração média por hora trabalhada do homem era de R\$ 7,17 e passou, em 2011, para R\$ 10,24. No caso da mulher, era de R\$ 5,62 e passou para R\$ 8,07. Em termos de

população ocupada, os homens representavam, em 2002, 58,68%. Em 2011, o índice caiu para 57,84%. “Ou seja, há uma maior participação feminina, ocupando cargos que antes eram masculinos, competindo em igualdade de condições, mas com remuneração menor”, explica. Ao mesmo tempo, a escolaridade feminina cresce. A diferença salarial não é significativa em postos de trabalho mais simples e de menor poder. “A pobreza, de modo geral, nivela.”

A pesquisa

O estudo se baseia, principalmente, na Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados regionais. Não há banco de dados específico de Londrina, mas, segundo Katy, a tendência é de que se repita aqui o que ocorre no resto do Brasil e do Paraná. De acordo com ela, um dos motivos para que essa diferenciação ainda ocorra é a questão cultural. “A mulher só começou a ocupar o espaço profissional na década de 1960, quando a pílula anticoncepcional permitiu que ela escolhesse quantos filhos queria ter. Mesmo assim, a mulher ainda é vista como aquela que, se o filho ficar doente, vai deixar de trabalhar para cuidar dele, enquanto o homem não.”

Para a coordenadora, a estimativa é de que essa distorção entre salários só seja corrigida em torno de 80 anos, com uma mudança cultural e um investimento maciço em políticas públicas para auxiliar a mulher profissional, como creches, escolas de ensino integral e mais assistência à saúde.

A diretora de Negócios da ADM Gestão de Competências, empresa de recrutamento de pessoal, Fátima Hamid Guerra, diz que, há algum tempo, existia sim uma diferenciação salarial entre os níveis hierárquicos mais altos, mas que a situação de pleno emprego dos últimos anos fez com que o quadro começasse a ser revertido. “O aumento na demanda por mão de obra qualificada aumentou também a participação feminina no mercado, assim como a do jovem do primeiro emprego e a do aposentado”, enumera.

Segundo ela, hoje, quando se abre uma vaga qualificada, não se busca o sexo, mas o perfil profissional. “Mesmo algumas profissões que eram essencialmente masculinas estão sendo ocupadas por mulheres.” “Nunca percebi discriminação”, diz secretária

Antes de assumir as pastas de Trabalho e Emprego e de Recursos Humanos, a secretária municipal Kátia Marcos Gomes sempre trabalhou como executiva de Recursos Humanos em grandes empresas locais e nacionais. E diz que nunca sentiu diferenciação entre o próprio salário e os dos colegas homens. “Nunca senti nem percebi discriminação salarial. Pelo contrário. Nunca recebi menos que os colegas e não vejo isso nas empresas que conheço”, afirma.

Kátia conta que participa de grupos de discussão em Recursos Humanos, envolvendo cerca de 90 grandes empresas da região, e que o tema da discriminação entre homens e mulheres nunca surgiu. “É um tema que seria muito interessante discutir.”

Brasil cai no ranking de igualdade de gênero

O estudo Global Gender Report 2014, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial nesta semana, aponta que a baixa participação da mulher na economia e na política fez o Brasil cair nove posições no ranking de igualdade de gênero. O País ficou na 71ª posição de um total de 142 nações analisadas. No ano passado, Brasil estava no 62º lugar.

O País obteve 0,694 ponto, numa escala em que 1 é a igualdade máxima de gênero. A Islândia aparece no relatório como a nação mais igualitária do mundo, seguida de perto pela Finlândia, Noruega e Suécia. Já na América Latina, Argentina (31ª), Peru (45ª), Colômbia (53ª), Bolívia (58ª) e Chile (66ª) estão melhores posicionados.

O índice leva em consideração quatro variáveis: participação e oportunidades econômicas (questões salariais e condições trabalhistas); poderio político (representatividade de homens e mulheres nas diferentes instituições públicas nacionais); desempenho educacional (alfabetização e número de matrículas); e saúde (taxa de natalidade por sexo e expectativa de vida).

Os resultados do Brasil nas duas primeiras dimensões, nas quais ocupa a 81ª e a 74ª posições, respectivamente, levaram à piora de desempenho. Se apenas o salário entre homens e mulheres fosse comparado, o País cairia para a 124ª posição. (TELMA ELORZA – JORNAL DE LONDRINA)

Malandragem: Kassab cria o PL para servir ao PT

Ele vai recriar o PL para atrair deputados, faturar fundo partidário e depois fundi-lo ao PSD



Gilberto Kassab (foto) tenta manobra marota: criar partido para abrigar “novos governistas”. Foto: Nilton Fukuda/AE

Tentando se credenciar ao cargo de ministro das Cidades, o presidente do PSD, Gilberto Kassab (SP), articula a criação do Partido Liberal (PL) já no começo de 2015. Trata-se de uma manobra malandra para abrir brecha à filiação de deputados federais insatisfeitos nos atuais partidos, e loucos para aderir ao governo, sem o risco de perder mandatos. Após fundar o PL, Kassab vai fundi-lo ao PSD, que encolheu nas eleições.

Amigos de Kassab avaliam que o Partido Liberal não vai se manter vivo por mais de um mês, tempo suficiente para ser diluído no PSD.

Diferentemente do PSD, que começou como a terceira maior bancada, o Partido Liberal deve receber a filiação de apenas uns dez deputados.

Fundador do esquema do petrolão, o PP ainda tem expectativa de desbancar Gilberto Kassab para se manter no Ministério das Cidades.

Sumido desde que seu partido foi envolvido no Petrolão, o presidente do PP, senador Ciro Nogueira, reapareceu após a reeleição de Dilma. (DIÁRIO DO PODER)

Corrente do PT defende criação de jornal de massas, hegemonia cultural e menos PMDB

Articulação de Esquerda não é majoritária dentro do PT, mas tem capacidade de influenciar decisões do PT, especialmente em propostas que propõe mudanças na mídia e na formação de alianças que reduzam papel do PMDB

Logo depois da reeleição da presidente Dilma Rousseff, uma das correntes internas do PT, a Articulação de Esquerda, já se reuniu para fazer balanço das eleições e propor sugestões de ações para o partido e governo. A reunião foi feita no dia 27 e o texto, com o título “Comemoração e luta!”, traz ideias que podem gerar bastante polêmica. O texto, que ainda está “em debate, sujeito a emendas e correções”, foi publicado no blog de Valter Pomar, um dos principais integrantes da corrente, e que já ocupou diversos cargos importantes no comando nacional do PT.

A Articulação de Esquerda não é uma corrente majoritária dentro do PT, mas tem capacidade de influenciar bastante o rumo dos debates internos do partido. O Diretório Nacional da sigla tem reunião convocada para os dias 28 e 29 de novembro e deflagrará o início das conversas justamente a discussão sobre as prioridades que devem ser defendidas durante o segundo mandato da presidente Dilma. Os representantes da corrente acham que algumas dessas medidas precisam ser discutidas o mais rápido possível e defendem a antecipação da realização do 5º Congresso Nacional do PT para o primeiro trimestre de 2015.

Entre os 51 itens propostos pela corrente, alguns chamam a atenção, como o item 10, que defende a construção de uma “hegemonia cultural”. “Não basta administrar bem, fazendo mais e melhores políticas públicas. É preciso construir hegemonia cultural e fazer reformas estruturais, com destaque para a reforma política e para a Lei da Mídia Democrática”, diz o texto.

No item 28, a proposta é “inicie a construção imediata de um jornal diário de massas e de uma agência de notícias, articulados a mídias digitais (inclusive rádio e TV web), com ação permanente nas redes sociais, que sirvam de retaguarda e de instrumento do campo democrático-popular na batalha de ideias. E integre esta ação de comunicação política com o amplo movimento cultural que está em curso neste País e que foi tão importante no segundo turno”.

O item 29 aborda mais diretamente ainda a questão da proposta de lei da mídia democrática que a corrente defende que o PT apóie. "Relance a campanha pela reforma política e pela mídia democrática, contribuindo para que o governo possa tomar medidas avançadas nestas áreas e para sustentar a batalha que travaremos a respeito no Congresso Nacional".

A corrente também defende que seja revista a tática política para as eleições municipais de 2016 e as nacionais de 2018, abrindo mão da parceria preferencial com o PMDB, iniciada na primeira vitória de Dilma. "De imediato, isso exige que nossa tática para 2016 e 2018 seja construída tendo como aliado preferencial não o PMDB, mas sim esta esquerda política e social que foi às ruas para garantir nossa vitória. Precisamos organizar uma frente popular, unificando os partidos de esquerda e os movimentos sociais, numa coalizão estratégica para disputar o comando do Estado", diz o texto.

"Não será um movimento fácil, pois temos o PMDB na vice e com grande influência num Congresso Nacional ainda mais conservador do que em anteriores legislaturas. Mas é um movimento necessário, pois não haverá vitória sem mudança e não haverá mudança tendo o PMDB como aliado prioritário, pois a maior parte do PMDB já opera contra nós há anos", acrescenta o texto. (AGÊNCIA ESTADO)